

ciência nacional pela propaganda dirigida. Abrangia uma série de operações: corrupção da imprensa, do rádio e da televisão; discriminação publicitária contra publicações independentes ou não alinhadas; invasão de publicações estrangeiras editadas em português no Brasil. *Segundo*: intervenção na política interna do País, pela corrupção e o controle do processo eleitoral e da ação parlamentar. *Terceiro*: golpe militar para a conquista do poder". Sabemos agora, por amarga experiência, como esse plano foi rigorosamente desenvolvido, até a última etapa.

A justificação apreciava, em seguida, a concentração dos recursos publicitários no Brasil: "Das trezentas agências de publicidade em funcionamento no Brasil, oito apenas — e todas estrangeiras ou representantes de grupos estrangeiros — faturam nada menos de 35 bilhões de cruzeiros (isso em 1963), anuais, de um total de 120 bilhões gastos em publicidade, dos quais 80 bilhões por intermédio de agências. Ora, menos de 3 por cento das agências de publicidade controla quase 45 por cento do total. Cabe, portanto, apurar até que ponto a concentração, em escala compacta, de imensos recursos publicitários em poucas mãos influi e controla a opinião da imprensa falada e escrita e, conseqüentemente, a opinião pública; discrimina contra publicações que defendem pontos de vista ou posições contrárias aos interesses ocultos dos seus clientes; responde pelo suporte financeiro de organizações clandestinas para fins políticos; ou, ainda, sustenta publicações estrangeiras editadas no Brasil em português, sem tiragem nem circulação justificantes de sua sobrevivência e do sucesso de sua receita publicitária, a não ser como órgãos auxiliares de penetração política de países estrangeiros".

Assim, dez anos depois da "operação" publicitária para impedir a solução do monopólio estatal do petróleo, surgia, em nível muitíssimo mais avançado, a penetração organizada e maciça de recursos materiais para alcançar e manter o controle da opinião pública. Um decênio antes, o deputado Euzébio Rocha, após mostrar como a comercialização dos nossos produtos principais de exportação estava em mãos de trustes estrangeiros, contava: "Pois bem: esse poder econômico, interligado e estruturado no país, criou uma cadeia de interesses de tal ordem que ameaça a segurança nacional, porque o jornal que contrariar, em qualquer sentido, os interesses da *Light* passará a não ter anúncios. Qualquer empresa que atacar a *Standard Oil* não contará com a sua grande publicidade. Em suma, qualquer empresa que combater os interesses desses grupos sofrerá o boicote. Esses fatos são responsáveis pelo doloroso e vergonhoso espetáculo a que assistimos, quando debatemos aqui a questão do petróleo. Certos setores da imprensa não davam uma nota sequer que contrariasse o inte-